



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

Relatório da live “Campanha Nacional Fazer valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639/03 e 11.645/08”



Por Elza Fátima Rodrigues

Na noite da segunda-feira, 9/11/2020, aconteceu a live de impulsionamento da Campanha Nacional Fazer valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na rede pública e privada. O debate ao vivo foi transmitido pelo facebook da campanha:

[<https://www.facebook.com/fazervalerleis1063911645/videos/686781718896977>]



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

A live teve mediação da Profa. Dra. Elza Fátima Rodrigues, do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará -Cedenpa.

A professora Elza Rodrigues iniciou a live saudando todos os participantes. "Boa noite a todos e todas. Boa noite povo negro. Boa noite irmãos indígenas. Boa noite professoras e professores e a todos e todas que acreditam e lutam por uma educação antirracista. Já está no ar a live de lançamento da Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetivas das Leis 10639/03 e 11645/08. A Lei 10639/03 torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e a Lei 11645/08 torna obrigatório a história e cultura afro-brasileira e indígena. Você pode enviar sua contribuição pelo chat para nossos convidados, enfim, contribuir para enriquecer este momento de discussão. Estamos aguardando. A educação é um âmbito estratégico para o movimento negro que sempre lutou contra o racismo no ambiente escolar, criando ações para construir uma educação antirracista. Em 2003 como resultante da mobilização e articulação do movimento negro/ foi promulgada a lei 10639/03, em 2008 a lei que torna obrigatório o ensino da cultura indígena. Passados 17 anos, a lei 10639/e 12 anos da lei 11645/08, respectivamente, embora tenham contribuído, significativamente, para discutir o racismo no ambiente escolar, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Mais uma vez um setor do movimento negro, atuando contra o racismo estrutural entra em ação e lança uma campanha nacional fazer valer a implementação efetivas desta duas leis. Para falar sobre esta importante iniciativa/ convidamos os coordenadores da campanha/ Luis Carlos Oliveira, do Centro de Cultura Negra do Espírito Santo (CECUN) e Valdisio Fernandes, do Instituto Búzios, da Bahia".

A professora Elza Rodrigues inicia a mediação perguntando para Luis Carlos como nasceu a proposta da campanha. Luiz Carlos Oliveira fazendo um breve resumo histórico sobre a campanha contou que em abril de 2015 o Cecun foi procurado pela SECAD (Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade), do MEC (Ministério da Educação), para participar da eleição para membros da Cadara (Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

brasileiros) para a SECAD em Brasília. O Cecun foi eleito para a composição da instância. No mês seguinte, o CECUN articulou uma reunião com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, de São Paulo, e a CCIAO (Casa de Cultura Ilé Asé d'Osoquiã), da Paraíba, entre outras entidades, e foi elaborado um documento a ser entregue ao Ministério Público Federal, na Procuradoria Geral da República, pedindo a criação de uma comissão para acompanhamento da implementação das leis nos estados.

Em junho de 2015 foi a segunda reunião da CADARA, quando foi apresentado um modelo de documento solicitando ao MPF e PGR a formação da referida comissão. O documento obteve 91 adesões de entidades de movimentos antirracistas, representantes das cinco regiões do País.

Em 12 de agosto de 2015 [Dia da Revolta dos Búzios], organizações do movimento negro, em diversos estados do Brasil, se uniram e lançaram a Campanha Nacional Pela Implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, encaminhando um documento para à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC - PGR, solicitando a realização de um Diagnóstico sobre a Implementação efetiva do Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, em todo o país. Com base na solicitação ao MPF, a PGR contratou uma empresa de São Paulo chamada Ação Educativa que elaborou um projeto de implementação. Depois dessas articulações nacionais, foram feitas articulações nos estados ao longo de quatro anos.

Em 2016, a partir da iniciativa do Instituto Búzios, representando a Campanha Nacional, foi convocada uma ampla reunião de entidades negras para a concertação sobre a implementação efetiva das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no Estado da Bahia. Em 20/05/2016, foi entregue uma representação ao Ministério Público do Estado da Bahia, solicitando a realização de um diagnóstico sobre a implementação do Art. 26-A da LDBEN na Bahia e a criação do Comitê Interinstitucional de Monitoramento da Implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Acolhendo as reivindicações do movimento negro, o Comitê foi constituído pelo MP-BA, em 26/04/2017, com fundamento no Ato Normativo Nº 001/14.02.2017 da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Bahia. O



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

órgão colegiado é o primeiro instituído no país com essa finalidade. O Comitê é composto por representantes de mais de 30 instituições públicas e da sociedade civil.

Em janeiro de 2019, foi realizada uma reunião interestadual em Vitória, com lideranças negras de Alagoas, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Nessa reunião, foi feita a Carta de Vitória com demandas dos movimentos negros e o impulsionamento da Campanha Fazer Valer as Leis.

Em junho de 2020 o CECUN e Instituto Búzios coordenaram um planejamento de ações para a ampliação da Campanha Nacional objetivando a organização desta em todos os estados brasileiros. As articulações conduzidas resultaram em ampla adesão à Campanha, que se organiza atualmente em vinte e três estados, mais o Distrito Federal. Nesse processo foi realizado levantamento de panoramas em 13 estados sobre a implementação das leis e programada uma série de reuniões por videoconferências, seminários, formações e lives. Foram realizados debates ao vivo na Bahia, Espírito Santo, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo.

Luiz Carlos Oliveira cita como principal obstáculo para a implementação efetiva das leis de educação negra e indígena no Brasil o próprio racismo estrutural e institucional. Ele colocou como essencial que o MPF e MPE de cada estado assumam a coordenação e a presidência dos Comitês Interinstitucionais de Monitoramento da Implementação das Leis em cada estado.

Para Valdisio Fernandes, a mediadora perguntou como a campanha está sendo desenvolvida no âmbito nacional. Em seguida, Valdisio Fernandes, fez seu pronunciamento falando que o racismo estrutural serve de alicerce para o racismo institucional, o que gera todas as demais formas de racismo e discriminações, daí a importância da implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, e por isso o ensino da cultura afro-brasileira e indígena têm sido bandeiras de luta do movimento negro desde o Jornal Clarim da Alvorada em 1924, pela Frente Negra Brasileira na década de 30, depois pelo Teatro Experimental de Abdias Nascimento, etc.



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

Valdísio ressaltou alguns eixos táticos importantes da campanha, como a instituição de planos estaduais e municipais para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 com dotação orçamentária. Destacou que além da criação dos Comitês Interinstitucionais de Monitoramento da Implementação das Leis, há necessidade do movimento negro colocar em pauta a exigência de dotação orçamentária para essas instâncias.

Esses comitês, conforme a fala de Valdísio, são importantes porque colocam o movimento negro e a sociedade civil para fazer o processo de monitoramento das leis e garantir a sua aplicação. Toda a documentação e informações para a implementação desses comitês estão disponíveis na página do facebook da campanha.

Citou ainda a uma política de formação de professores de educação para as relações étnico raciais em todos os níveis, com carga horária de no mínimo 120h. A necessidade de criação de instâncias de monitoramento e avaliação afro-brasileira e indígenas em todas as secretarias de educação e nas Instituições de Ensino Superior - IES, com dedicação exclusiva e dotação orçamentária.

Valdísio falou ainda sobre o encontro nacional sobre a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, a ser realizado em 2021, em Salvador, na Bahia.

Após a participação de Valdísio Fernandes, a mediadora Elza Rodrigues chamou a fala da Profa. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, para abordar “**O processo de articulação, elaboração e instituição da Lei 10639/03**”. A professora Petronilha, que foi relatora do parecer do CNE (Conselho Nacional de Educação) 03/2004 que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, fez um relato da atuação dela no Conselho Superior de Educação no trabalho de elaboração do parecer e sobre as relações étnico raciais. Ela contou que teve a colaboração de outros quatro conselheiros que eram sensíveis à causa das questões antirracistas.

A professora lembrou que o conteúdo da lei 10.639, promulgada em 2003 veio ao encontro do que ela havia proposto ao Conselho no que se refere à necessidade



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

do ensino da história e cultura afro-brasileira. Foi elaborado e distribuído um questionário. Esse questionário poderia ser respondido em grupo ou de forma individual. Ela contou que recebeu um relatório de uma reunião de uma comunidade quilombola com as respostas a esse questionário, com a participação de pessoas de várias idades. Recebeu também questionários de estudantes e a partir dessas respostas, começou a elaborar as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicas raciais. Ou seja, o trabalho dela foi fundamentado em relatos da população negra, tanto de leigos como de pessoas instruídas, mas que sabiam o que esperavam do sistema de ensino.

Petronilha disse ainda que fez um esforço para que o parecer 3/2004 traduzisse a opinião de muitas pessoas e que foi fruto de uma discussão intensa de um grupo de conselheiros. Ela contou que o parecer foi possível não apenas pela organização e reivindicação do Movimento Negro, mas também porque professores, sendo a maioria professoras, já faziam a educação com enfoque na relação étnico racial nas suas classes e para exemplificar, ela conta o caso da mãe dela, que era negra e professora. Mas ressalva que eram discussões informais. Contou também que os professores foram, ao longo do século 20, a partir de experiências com seus alunos, criando oportunidades para falar das relações étnico-raciais. Cita ainda um artigo da pedagoga Nilma Gomes, o qual falava de que o movimento negro bateu às portas das escolas para reivindicar que pelo menos no mês de novembro, os professores falassem da história dos negros e não somente da escravidão das pessoas negras.

Lembrou da experiência da Colômbia, que já no início dos anos 90, o Ministério da Educação desse país tratou de normas para a educação nos quilombos. Todas essas experiências, o conhecimento dessas realidades ajudou a construir o parecer. Citou ainda alguns marcos importantes, como a reunião de professores negros no Nordeste, bem como o primeiro e o segundo encontro de educação de negro no Brasil, organizados pela Sociedade Recreativa Floresta Aurora, de Porto Alegre, na década de 80. Falou também do encontro da Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, para discutir a educação dos negros no Brasil. Em diferentes estados, essas experiências



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

foram se desenvolvendo. Ela encerra ressaltando que o parecer é dirigido a todos e é resultado de um século de trabalho de professoras e professores negros, do movimento negro e algumas pessoas não negras mas comprometidas com uma sociedade justa para todos, e que o parecer não é apenas diretrizes mas contém um projeto de sociedade.

Dando seguimento, Elza Rodrigues chama a Profa. Dra. Ana Célia da Silva, que falou dos **"Antecedentes à constituição da Lei 10639/03"**. Ana Célia é referência do movimento negro e fundadora do Movimento Negro Unificado, na Bahia. Por questões de saúde, a professora Ana Célia não pode estar ao vivo na live, mas fez questão de gravar um vídeo garantindo desta forma sua participação no lançamento da Campanha Nacional.

Ela começa falando das associações religiosas e culturais na década de 1920 já tinham a preocupação no ensino de bons hábitos aos seus associados. Ela se refere a grupos de samba, irmandades religiosas, formações de candomblés e capoeira. Ela contou que em 1930 a Frente Negra Brasileira e a Baiana instituíram a formação educacional para seus associados. Paralelo a essas iniciativas, Ana Célia disse que a imprensa negra desenvolveu campanha sobre a necessidade da educação. Na década de 70, teve o protagonismo do grupo Afro Ilê Aiyê, o mais antigo bloco afro do carnaval de Salvador, fundado em 1974. Ela ressaltou que esse e outros grupos afros falavam e cantavam as questões da África, dos negros, como fonte de resistência do povo brasileiro.

Cita ainda a participação da publicação impressa chamada Cadernos Negros, da editora Quilombohoje, de versos e poemas de autores negros ligados à educação. Cita também a obra de Manuel de Almeida Cruz, com alternativas para combater o racismo, o qual diz que a maior forma de combater o racismo é através de uma educação reflexiva. Fala também da importância da instituição de escolas dos blocos afros, como a escola do Olodum e do Araketu. E segue falando de pesquisas nas universidades, mostrando o livro que ela mesma fez, chamado Retrospectiva de Uma Trajetória de Ações Afirmativas Precursoras À Lei 10.639/03, no qual consta a trajetória do movimento negro em favor da educação.



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

Ana Célia lembra de uma reunião do movimento negro com o então presidente Lula. Dessa reunião, conta Ana Célia, surgiu o programa Brasil sem racismo. A professora encerra afirmando a necessidade de uma educação que liberte o povo negro.

Seguindo no debate ao vivo, a mediadora chama o Doutor Amauri Mendes Pereira para falar sobre "**Lei 10639/03 Dezessete Anos**". Amauri, que é da UFRRJ e especialista em História da África, lembrou que as leis resultam da luta de movimentos sociais por uma educação não racista.

O professor falou da pesquisa com alunos sobre a implementação da lei. E com base nessa pesquisa, ele afirma que não basta ter a lei. Ele garante que é fundamental que a luta continue para sua plena aplicação. Falou ainda do mito da democracia racial que persiste prejudicando a implementação da lei. Ele lembrou vários intelectuais da luta antirracista, como Zélia Amador de Deus, no Pará.

Ainda sobre a pesquisa, que segundo ele, envolveu mais de 450 escolas, que constatou a não implementação da lei 10.639/03, com exceção de apenas uma escola. Na referida escola, um professor chamado José Maurício fez muitos cursos e conseguiu fazer com que todos os demais professores não o impedissem de realizar discussões e eventos sobre o tema antirracista. Ressaltou que mesmo faltando iniciativas pela implementação das leis nos projetos pedagógicos, sempre buscamos tentativas de combate ao racismo, sempre conseguimos furar o cerco, seja num evento, numa dança, numa canção. Ou seja, o professor Amauri afirmou que existe hoje sim a implementação das Leis, mas do jeito que dá e não em sua totalidade. A institucionalidade, a promulgação dessas leis foi conquistada e é fundamental, mas isso é insuficiente e é preciso garantir a plena implementação. Na opinião dele, a campanha precisa crescer, precisa ter espaço nas secretarias de educação para fazer valer as Leis. Não basta produção teórica. Temos que avançar na campanha, pegar a densidade analítica que se tem e ocupar todas as áreas do conhecimento. Para ele, o sonho acabou, não basta ter institucionalidade, precisa-se ocupar espaço.



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

A terceira e última convidada foi a Professora e Pedagoga Potyra Terena, que falou sobre a “**Lei 11.645/2008**”. Potyra se indigna com o fato de que existe até entre os professores uma resistência no que se refere à implementação da Lei 11.645/2008. Potyra relatou que há muita dificuldade de se implementar a lei sobre educação indígena. Os próprios profissionais da educação têm dificuldade de abordar a questão indígena e por isso é fundamental a campanha para Fazer Valer as Leis 10.639/03 e 11.645/08. Não somente pela implementação das leis, mas pela problematização dos temas. Potyra acha essencial o trabalho educacional para combater o racismo, pois na realidade o Brasil é racista. E cita Nelson Mandela, as crianças precisam aprender a amar e não se pode amar somente os iguais, pois as pessoas não são iguais, existe uma diversidade e precisa ser respeitada. Ela critica os livros didáticos, que a maioria ainda traz a imagem do padre rezando a missa por um padre europeu branco e os índios abaixados, pacíficos, destoando da realidade, que foi de luta, resistência e sangue. Potyra afirmou que a educação da cultura indígena é importante porque contribuirá para que o povo brasileiro se orgulhe de suas raízes e não tenha vergonha de suas raízes.

Após as explanações de cada um dos professores convidados, a mediadora leu os comentários publicados no chat. A primeira pergunta foi elaborada por Aderaldo Gil: “gostaria que os convidados falassem sobre a importância da implementação das Leis para combater o racismo estrutural e institucional”. A professora Petronilha pediu a palavra e comentou a pergunta de Aderaldo Gil: “as dificuldades na implementação destas leis, decorrem do conflito com projetos de sociedade. Tem um projeto de sociedade que foi implantado a partir do século XVI, com uma visão de mundo europeia, uma visão de mundo portuguesa e que persiste até hoje. Então a educação para as relações étnico raciais tem que por em diálogo estes projetos de sociedade para que se construa um projeto de sociedade brasileira em que todos estejam presentes. Mas isso somente será possível se estes diferentes grupos se propuserem a construir um projeto de sociedade que não tenha por base aquele lá que nos orienta até hoje”.

Após a professora Petronilha, o professor Amauri reafirmou que há outras visões sobre a sociedade brasileira que precisam ser incluídas dentro das práticas, do dia a dia



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

da escola. Nós vamos ter que fazer o que o Movimento Negro vem fazendo; vai ser preciso quem nunca militou no movimento negro participe deste processo. Essa gente negra e indígena vai ter que assumir as escolas. Somente conosco, educadores e letrados não será possível. É uma mudança muito profunda. Necessita da participação de todos e todas.

Respondendo a uma pergunta de Marize de Oliveira, a professora Potyra afirmou que “a educação escolar indígena tem que fazer com que toda a sociedade brasileira participe. É muito importante recontar nossas origens”.

A s pergunta feita por Milena Brasil indagava se na condição de mãe de aluna da educação infantil, como pode exigir que a escola seja obrigada a implementar as Leis. A professora Potyra foi a primeira a responder: “primeiro ela vai e conversa com o corpo docente da escola. Quando meu filho era pequeno e estudava nas escolas particulares aqui em Brasília eu ia e perguntava: o que vocês estão falando sobre nós? A professora perguntava: sobre nós quem? Eu respondia: nós, os povos indígenas. Queria saber se vai ser a mesma abordagem, ai eu me oferecia para ministrar aulas sobre a história dos povos indígenas. Devemos conversar com a escola primeiramente. Juntamente comunidade e escola. Esse elo jamais deve ser quebrado”.

A professora Petronilha, por sua vez destacou que: “tem uma questão importante, que acontece em todos os estados do Brasil, é o ensino da história. Se ensina a história como celebrações de datas, mas não se ensina história. É uma formação de professores que tem que tratar nos ensinos iniciais, ensino médio e assim por diante. É conhecer o processo de formação da sociedade. Para que as leis sejam implementadas. Tem que ser atacado o ensino de história, quero dizer a formação do professor para ensinar a história”.

No segundo Bloco da Live foi apresentado o **Panorama Regional dos desafios e conquistas, avanços nas implementações das Leis 10639/03 e 11645/08**. Cada representante teve cerca de cinco minutos para apresentar o panorama regional, estruturado a partir do questionário que foi produzido pela coordenação da Campanha Nacional. O primeiro a se pronunciar, o Professor Antônio



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

Henrique França Costa, do Maranhão, representando a Região do Nordeste identificou que no Nordeste estão presentes na Coordenação Nacional, os estados do Ceará, Maranhão Bahia, Pernambuco e Paraíba. De acordo com o professor Henrique, no Maranhão tem um Fórum de Educação e Diversidade Étnico Racial. A sociedade tem lutado nestes 17 anos e estão conseguindo implementar as diretrizes curriculares estaduais das duas Leis. “Estamos caminhando. Mas há muito ainda a ser feito. Temos que seguir lutando e pressionando para que nossos quilombos, povos de terreiros, povos indígenas sejam contemplados nas discussões sobre a Educação para as relações étnico raciais”, finalizou o representante do Nordeste brasileiro.

Em seguida participou Adeir Ferreira Alves, representando a Região Centro Oeste, especificamente o Distrito Federal. Segundo Adeir, “apenas o Distrito Federal respondeu as perguntas do questionário elaborado pela coordenação da Campanha. O que não quer dizer que não tenham ações em outros estados. Mas ressaltou que foi apenas o Distrito Federal que respondeu o questionário. Se não conseguimos ter uma articulação para identificar o panorama de outros estados da região Centro Oeste, isso expressa uma lacuna”. Adeir pontuou que o Distrito Federal tem conseguido muitas conquistas, como o pleno funcionamento do Fórum de Educação para as relações étnico- raciais, com presença forte de negras e negros, dos povos indígenas. Também de diversas instituições de ensino, como a própria Secretaria de Educação do Distrito Federal, a Universidade Federal da Brasília, o Instituto Federal de Brasília, os Conselhos, como o Conselho Distrital de Educação e uma diversidade de movimentos sociais que transitam pelo Foro de Educação.

Seguindo com a apresentação do panorama, o representante do Distrito Federal destacou que “com relação aos desafios da implementação das Leis 10639/03 e 11645/08 em termos institucionais, no Distrito Federal tem um excelente currículo criado pela Secretaria de Educação, talvez seja o destaque em relação aos demais currículos dos estados do país. Ele é construído pelos próprios professores e professoras. A comunidade que deseja ser revisor deste texto pode fazê-lo. Inclusive há pouco tempo foi feita a revisão de um material para o ensino médio. É um currículo participativo. E



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

nessa participatividade se trabalha com os eixos transversais, todas as temáticas para a educação para as relações étnico raciais. Em termos institucionais tem avançado bastante. Os grandes desafios são os livros didáticos. O mercado ainda não acompanha estas demandas e estas discussões. Destacou a atuação da diretoria do Campus de Direitos Humanos e Diversidade e também a Escola de Formação e Qualificação de Professores, salientando há muito ainda a ser feito. O principal problema é que muitas escolas e educadores ainda veem a Lei como um mero instrumento para comemorar festividades”.

Lia do Nascimento Silveira, de São Paulo foi encarregada de apresentar o panorama da Região Sudeste. Lia assinalou que “o panorama da Região Sudeste foi estruturado a partir de treze questões do formulário e estão baseadas em três eixos: Formação dos professores nas suas unidades educacionais, perpassando por diversos níveis de ensino; dificuldades encontradas nestes estados e as estratégias á serem traçadas diante deste panorama. No âmbito da formação de professores, os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, são os que têm ações mais efetivas. São ações mediadas e articuladas com a participações de representantes da religiões de matrizes africanas, centros culturais afros, Universidades Federais, Estaduais e Institutos Federais, além da participação efetiva e prioritária dos movimentos sociais, especialmente o movimento negro, sindicatos e ONGs. Entre as maiores dificuldades apresentadas por Lia Silveira, está a não articulação entre a necessidade efetiva de se resignificar as histórias que se apresentam nos contextos educacionais e uma estratégia pedagógica. “Existe propostas de ações para assegurar juntos aos gestores públicos a implementação destas Leis. Em relação à fala do Adeir, lembrou Lia, na região de São Paulo, os currículos também são abertos e flexíveis. Existe uma discussão de implementação, mas demandam ainda muitas outras ações, finalizou a representante do Sudeste.

Paulo Axé, representando a região Norte que seria o próximo convidado a apresentar o panorama desta região, não conseguiu entrar na live, portanto ficou prejudicada a participação do Norte.



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

José Antônio dos Santos, do Rio Grande do Sul, bacharel em direito, iniciou sua apresentação agradecendo o convite feito pela Coordenação Nacional da Campanha. Elogiou os professores Amauri, Petronilha e Potyra pelas apresentações realizadas na live. Destacou a importância de Oliveira Silveira, idealizador do 20 de novembro, dia nacional da Consciência Negra. “Não falo por toda a da Região Sul. Aqui no Rio Grande do Sul buscamos fazer uma articulação no combate ao racismo estrutural e institucional. Penso que o Movimento Negro tem que conquistar mais professores e professoras. Precisamos construir um mecanismo contra essa resistência que existe na educação para a aplicação das Leis. Sobre os avanços no Estado, afirmou que o Plano Nacional de Implementação das Leis e o Plano Estadual de Diretrizes Curriculares da história da África e dos indígenas do Rio grande do Sul foram aprovados, mas sentimos que há uma resistência muito grande na Secretaria de Educação do Estado e Secretarias Municipais. Convido os companheiros de todo o estado do Rio Grande do Sul a fazerem um discussão mais profunda para que as leis venham de fato a serem implementadas, como deve ser”. Finalizando sua participação, José Antônio dos Santos protestou pela morte de Sônia Beatriz, que dia 14 de dezembro veio a falecer pela truculência da polícia na capital.

Após a leitura de mais chat enviados pelos internautas, a mediadora solicita as considerações finais das/os professores convidados. A professora Potyra finalizou sua participação convocando todos para continuarem se fortalecendo, resistindo e se mobilizando para fazer valer aa leis 10.639/03 e 11.645/08. “Vamos para o enfrentamento”.

A professora Petronilha começou agradecendo o convite e afirmando “a importância da Live de Impulsão Nacional da Campanha Fazer Valer as Leis 10.639/03 e 11.645/08, quando se lançou a pedra fundamental, criando oportunidade de diferentes pessoas, grupos, lideranças, professores se juntarem. Vamos construir um plano de mobilização nacional pela implementação das leis. Parabênizo os dois coordenadores da Campanha. Agradeço a oportunidade de estar com os colegas convidados. Espero que possamos nos ver, nos encontrar diversas vezes neste contexto de luta pela implantação da Lei. Vamos conseguir, porque somos persistentes”.



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, a mediadora pediu que a professora Petronilha comentasse em poucas palavras como fortalecer a educação antirracista.

“Temos que discutir qual projeto de sociedade nacional que nós queremos. Temos que discutir de que forma cada um de nós pode contribuir para esse projeto. Existem nas nossas falas uma demonstração de que há um projeto de sociedade comum entre nós. Nós estamos ligados, seja no movimento social, nas universidades nas escolas. Temos que pensar a qual projeto político essas leis serve. E o que precisamos deixar de fazer por não corresponder a necessidade desse projeto. Precisamos criar espaços para nos manter em contato para fortalecer esse projeto”. Petronilha indagou: qual a próximo passo?

O professor Amauri enfatizou que “é imprescindível que a Campanha seja desenvolvida junto a maioria negra. Temos que furar essa bolha. É preciso fazer chegar até outras/os negras e negros nossa campanha. Valdisio Fernandes e Luis Carlos nunca abandonaram essa luta. Nós vamos conseguir. Estamos todos juntos e chegaremos até as maioria negras que vai além do movimento negro”.

Um dos coordenadores da Campanha Nacional, Luis Carlos apontou os próximos desdobramentos da campanha. “Dia 15 de dezembro acontece o Seminário da Coordenação Nacional Provisória, com a participação de coordenações estaduais que já aderiram à campanha. A ideia é ampliar as coordenações nos estados, chegar nos municípios, trazer os estados que ainda estão ausentes. Trazer os NEABIS, NEABS, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, as Universidades”.

Reafirmando esse processo, Valdisio divulgou que no ano que vem será realizado o Encontro Nacional da Campanha em Salvador. “Procuramos combinar as articulações no movimento negro e movimentos sociais, fazendo também incidência sobre o Estado. Estabelecendo parcerias com o Ministério Público, Defensoria Pública e seccionais da OAB. Encaminhando demandas para as secretarias de educação e instituições de ensino.



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

Na Bahia foi realizado o Seminário Fazer Valer as Leis Nas IES, que ocorreu na reitoria da UFBA. Posteriormente, dialogamos com a Secretaria Estadual de Educação sobre a realização de um Seminário Fazer Valer as Leis na Rede de Ensino Público Estadual. Mas, devido à pandemia as conversações foram paralisadas.

Finalizando sua participação, Valdisio afirmou que "a live foi um sucesso! Um marco em nossas iniciativas de impulsão da Campanha Nacional Fazer Valer as Leis 10.639 e 11.645. Contribuiu fortemente para o cumprimento do objetivo que nos propomos!

Atingiu as expectativas e recebemos diversos feedbacks [participação direta de mais de 200 pessoas, 667 comentários e 2,5 mil visualizações] com todos expressando a satisfação por compartilhar conhecimentos, experiência e ensinamentos. São inúmeros depoimentos dos participantes expressando a satisfação que tiveram em participar do evento!"

A live encerrou com a música Canto das Três Raças, de Clara Nunes.

Agravação está disponível na página:

<https://www.facebook.com/fazervalerleis1063911645/videos/686781718896977>

Considerações/ reflexões sobre o debate construído no lançamento da Campanha Nacional

A Live de lançamento da Campanha Nacional fazer valer a implementação efetivas das leis 10.639-2003 e 11.645-2008, realizada no dia 15 de dezembro de 2020 demonstrou que há um campo favorável para o crescimento da iniciativa em nível nacional. A grande participação de professores, gestores, lideranças dos povos indígenas e ativistas dos movimentos sociais, com destaque para o movimento negro na live de lançamento, é um grande indicador desta força emergente. É importante agora aglutinar pessoas que mesmo não estando ligadas de forma orgânica nos movimentos sociais, compreendem a força de uma educação antirracista como um instrumento fundamental



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

para enfrentar o racismo estrutural que está fundamentado na organicidade da sociedade brasileira e que afeta particularmente negros, negras, povos indígenas, povos tradicionais, trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Analisando as contribuições dos professores Amauri, Petronilha e Potyra em cada um dos aspectos que foram convidados a falar, está identificado um longo e construtivo caminho que foi trilhado até agora para a implementação das Leis. A conquista de uma educação antirracista, a luta ostensiva para inclusão da população negra e indígena nos vários níveis de ensino e na formação dos professores, tem conseguido alguns significativos avanços. Entre eles destaco as inúmeras iniciativas que foram mapeadas nos estados que aderiram à campanha, algumas descritas neste relatório. Se considerarmos a grandiosidade geográfica do Brasil, é possível afirmar que existem inúmeras e boas iniciativas.

No entanto, os relatos oportunizados dentro da live indicam ser fundamental avançar além das práticas em sala de aula. É importante estabelecer canais de diálogos, identificar parceiros nos estados como o Ministério Público, as Defensorias, parlamentares, gestores e gestoras para juntos com o movimento negro e os movimentos sociais, ampliar a potencialidade da Campanha.

As ações desde as abordagens realizadas na live apontam para três caminhos que devem ser realizadas concomitantemente. Ações junto aos professores educadores, afinal são eles e elas que dão significado a educação antirracista. São os professores e professoras que nas suas práticas docentes, a tornam realidade, alteram as consciências, contribuem ao respeito à diversidade. É preciso que nos cursos de graduações ou no exercício profissional sejam formados na perspectiva do que apontam as Leis. Sem professores comprometidos com a educação antirracista, as Leis 10639/03 e a 11645/80, mesmo sendo obrigatórias, não chegam até onde devem chegar: no ambiente escolar e fazer transformações.

O segundo elemento de fortalecimento da campanha e como consequência a implantação das leis, é fundamental contar com instâncias institucionais, como o Ministério Público, Defensorias, as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.



Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

Neste sentido é urgente incidir sobre Estado brasileiro. Lei é para ser cumprida e é obrigação do Estado fazer valer sua efetiva implementação. É fundamental enfrentar o racismo estrutural e se contrapor aos mecanismos de exclusão da população negra e indígena, que as remetem a um contexto social de subalternidade e invisibilidade.

Por fim, nas abordagens apresentadas pela professora Petronilha, parece evidente que existe, de fato, um projeto coletivo de sociedade que une as pessoas que compreendem o fundamento da educação para as relações étnico raciais. Algumas destas pessoas participaram da live, e contribuíram com a discussão. Mas como podemos ampliar o numero de aliados? Esse é o grande desafio. Como trazer para nosso lado professores, gestores, operadores do direito para discutir o racismo no ambiente escolar e criar mecanismos institucionais para que as Leis que sejam de fato e de direito implementadas?

Enfrentar o racismo e todas as suas nuances tem exigido luta sem trégua por parte dos movimentos negros. O lançamento da Campanha de efetivação das leis integra essa soma de esforços para romper com o racismo que tem dificultado a cidadania de negros, negras e povos indígenas. Neste sentido a escola, a educação é um espaço estratégico em que disputam dois projetos de sociedade: um que privilegia uma visão eurocêntrica, outra afrocentrada na diversidade, na riqueza ancestral dos povos originários e tradicionais, povos indígenas que na sua concepção de sociedade a diversidade se faz presente.

O desafio está lançado. Para vencê-lo todos são importantes.
